

Editorial

De volta às aulas

Por Carlos Vogt

10/02/2012

Gosto de pensar que entre todas as definições de cultura, que são muitas, a que mais me agrada, e que é também a mais simples para o entendimento da extensa e intensa complexidade do conceito, é a que a associa à educação: cultura é o que se ensina e se aprende, que se cria e se transforma, por ato individual e/ou coletivo dentro do processo social de que somos parte e participantes.

Já se observou que as gerações se sucedem sob os laços de duas formas de legado: o genético e o cultural, pela via biológica e pela via da sociedade.

Nos últimos 60 anos, com o avanço dos estudos genéticos, a partir da descoberta do DNA, e a busca, na materialidade dos genes, de explicações para comportamentos, valores e atitudes que antes se supunham ser de razões puramente sociais, as fronteiras entre natureza e cultura moveram-se também para territórios de intersecção exigindo novas teorias e metodologias de estudos compatíveis com o caráter multidisciplinar e interativo desses dois legados fundamentais à continuidade da vida humana.

É batido o bordão, quase um mantra do mundo globalizado, de que a educação é a chave para o sucesso do desempenho dos países nos cenários da nova economia, na sociedade do conhecimento, no universo das relações estruturadas pelas tecnociências, em especial pelas novas tecnologias de informação e de comunicação.

No caso do Brasil, os dados divulgados pelo Censo 2010 do IBGE, em abril de 2011 apontam para um aumento considerável, em dez anos, do número de residências com computadores, saltando de 10,6%, em 2000, para 38,3%, em 2010.

Quais os impactos do acesso à internet na educação das crianças e dos jovens no Brasil é ainda uma questão a ser respondida através de pesquisas e estudos sistemáticos, que possam contribuir não apenas para o conhecimento dessa nova realidade como também para a formulação e proposição de políticas públicas, que otimizem o uso dessas tecnologias para aumentar a capacidade do Estado em dar respostas às demandas sociais por educação pública, gratuita e com qualidade.

Embora a taxa de analfabetismo, entre a população com 15 anos ou mais, tenha diminuído de 2000 para 2010 de 13,6% para 9,6%, ela ainda continua alta para um país emergente, alçado recentemente à condição de sexta economia do mundo.

Pelos dados do IBGE, mais de 500 mil crianças de 7 a 14 anos e 1,7 milhão de jovens adolescentes entre 15 e 17 anos estão fora das salas de aula.

No caso do ensino superior, o país, embora tenha ampliado as possibilidades de acesso da população em idade universitária, continua ainda longe de alcançar a meta dos 30% tal como ocorre, já há algum tempo em países vizinhos como o Chile e a Argentina.

Do ponto de vista da qualidade das condições técnicas do ensino médio – para não falar das condições materiais de infraestrutura, de segurança das escolas –, a falta de

professores qualificados e com condições de qualificar-se é um problema crônico que afeta o processo de aprendizagem em todas as disciplinas e, mais do que em outras, naquelas que são a base para qualquer desenvolvimento intelectual e cultural dos alunos, ou seja, português e matemática, além do conjunto de disciplinas científicas que integram a grade curricular desse nível de ensino. Claro que os números importam e nesse sentido, pela quantidade, os dados do último censo do IBGE mostram uma evolução positiva no cenário da educação nacional. Entretanto, a qualidade do ensino continua, mesmo com os números crescentes mostrados pelo censo, um desafio que está longe de ser superado. A sua superação implica, entre várias outras coisas, a superação da enorme distância, cavada pelas burocracias e por grandes interesses comerciais, do ensino no país em relação às bases sociais em que ele deve ser praticado e das práticas de aprendizagem que envolvem efetivamente, de forma ativa, não só os atores diretos da ação de ensinar e aprender, mas toda a sociedade unida no compromisso permanente com e pela educação.